

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.432 - SP (2019/0007480-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BRADESCO SAUDE S/A**  
**ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825**  
**AGRAVADO : VICTOR LOPEZ MANSO VIEIRA**  
**ADVOGADO : VICTOR LOPEZ MANSO VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP325460**  
**INTERES. : QUALICORP ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADO : RENATA SOUSA DE CASTRO VITA E OUTRO(S) - BA024308**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

Plano de saúde – Contrato coletivo – Aumento no valor da mensalidade, ante a necessidade de reequilíbrio contratual – Abusividade reconhecida – Falta de provas das despesas e detalhamento dos custos dos serviços de assistência médica, a justificar os pretendidos aumentos – Decisão mantida – Arbitramento de honorários advocatícios a ser realizado por equidade em razão do pequeno valor da condenação – CPC 85 § 8º – Inteligência – Majoração para R\$ 2.500,00 – Adequação. Recursos das rés não providos, provido o do autor.

Alega a parte agravante que foram violados os arts. 478 e 479 do Código Civil; 16, XI, da Lei n. 9.656/98; e 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor. Afirma que "o que aqui se busca é, única e exclusivamente, a análise da questão jurídica à luz dos fatos incontroversos, para que se reconheça a ilegalidade do v. acórdão recorrido ao declarar abusiva a aplicação do reajuste de sinistralidade, em completa dissonância com a disposição do art. 16, XI, da Lei 9.656/98, que tão somente prevê a necessidade de apresentação contratualmente dos "critérios" de reajuste." (fl. 436).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Da análise dos autos, verifico que a Corte estadual, ao julgar a apelação cível, assim entendeu (fls. 426-427, e-STJ):

Não se nega o direito à pretensão da manutenção do equilíbrio do contrato, nem se afirma a impossibilidade de reajuste dos preços com base na sinistralidade, mas a mera existência de cláusula contratual

com esta previsão não é suficiente para autorizar o reajuste sem que haja demonstração dos critérios adotados.

As rés não demonstraram como foi fixado o aumento.

Não há prova do nível de sinistralidade do grupo a que pertence o autor, tampouco detalhamento dos custos dos serviços de assistência médica.

Mesmo no plano coletivo deve ser justificado o reajuste, em especial pela postura das próprias operadoras que pensando gozar de maior liberdade neste tipo de plano não oferecem mais planos individuais, como se houvesse tipos de consumidores com a única diferença de contratação inicial por uma estipulante.

Caberia às apelantes comprovar a necessidade de reequilíbrio contratual, já que o ordenamento jurídico veda que o fornecedor varie o preço do produto ou serviço de forma unilateral (art. 51, X, da Lei nº 8.078/90).

Dessa forma, na ausência de demonstração clara do critério utilizado para a fixação do reajuste, evidenciam-se abusivos os índices de reajuste impostos pela apelada.

Reconhecida a abusividade na cobrança, de rigor a condenação da ré na devolução dos valores pagos a maior.

No caso em análise, o Colegiado local, analisando o conjunto fático-probatório dos autos e as cláusulas do contrato, concluiu pela abusividade no aumento da mensalidade do plano de saúde, cuja revisão encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É possível a majoração das mensalidades do plano de saúde em virtude da faixa etária, a partir de estudos técnico-atuariais, para buscar a preservação da situação financeira da operadora do plano, mas o reajuste deve observar critérios objetivos de forma proporcional e razoável, além de obrigatoriamente respeitar as

normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Estatuto do Idoso.

3. Rever o entendimento do acórdão impugnado, acerca do caráter abusivo das cláusulas contratuais de reajuste por faixa etária, implicaria o reexame de cláusulas contratuais e do contexto fático-probatório dos autos, procedimentos vedados em recurso especial em virtude da incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1730184/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 31/08/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTE DAS MENSALIDADES. ABUSIVIDADE. REVISÃO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Na espécie, o Tribunal a quo reconheceu a abusividade do reajuste do plano de saúde amparado nas provas e no contrato firmado entre as partes. Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1287198/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 30/08/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. REAJUSTE ABUSIVO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1.973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em

exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O Tribunal de origem, amparado do conjunto fático-probatório dos autos, e cláusulas contratuais, concluiu que a parte recorrente não logrou comprovar o aumento da sinistralidade do grupo a fim de justificar o reajuste na mensalidade do plano de saúde; e reconheceu a abusividade no reajuste do referido plano. Assim, não é possível alterar as conclusões do acórdão recorrido, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos, provas, e cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1128422/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 01/12/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAJUSTE. PLANO DE SAÚDE. REAVALIAÇÃO DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que (i) haja previsão contratual, (ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso" (REsp 1568244/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 19/12/2016).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o reajuste do plano de saúde, efetuado pela recorrente, foi oneroso e abusivo para os agravados. Entender de modo contrário implicaria reexame de matéria fática, o que é vedado em recurso especial.

4. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e

invocada apenas em irresignação posterior, pois configura indevida inovação recursal.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1048548/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. GEAP. REAJUSTE. ÍNDOLE ABUSIVA RECONHECIDA. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. FUNDAMENTOS DO ARESTO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte de Justiça consolidou entendimento, no julgamento do REsp 1.280.211/SP (Relator Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/4/2014, DJe de 4/9/2014), submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, de que é possível o reajuste na mensalidade do plano de saúde com base na alteração da faixa etária, desde que previsto no contrato, e que o índice de reajuste não seja desarrazoado ou aleatório de modo a onerar excessivamente o consumidor.

2. No caso, o colendo Tribunal a quo analisou a questão com base nas cláusulas contratuais e nos elementos fáticos que permearam a demanda, concluindo pela falta de razoabilidade dos valores aplicados a título de reajuste na espécie. Desse modo, o acórdão recorrido está em conformidade com as conclusões tomadas no referido recurso especial repetitivo.

3. Rever as premissas estabelecidas pelas instâncias ordinárias implicaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via estreita do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, por analogia, a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1079771/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, devido pela parte ora agravante, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

